

Sobre lutas e memórias: os militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) e o movimento de luta pela terra na Baixada Fluminense (1950-1964) *

Felipe de Melo Alvarenga**

UNICAMP, Brasil

f.m.alvarenga@hotmail.com.

Recibido: 16-11-18

Aceptado: 11-04-19

Resumo: No final da década de 1940, a região conhecida como Baixada Fluminense presenciou uma mobilização camponesa por parte de um grupo de lavradores que reivindicavam a posse de terras que estavam sendo alvo de especulação imobiliária. Neste contexto, alguns atores sociais de matrizes ideológicas diversas se direcionaram para a localidade a fim de disputar a representação política deste grupo de lavradores que lutavam pela permanência na terra. Um destes agentes foi o Partido Comunista do Brasil (PCB), mais especificamente, alguns militantes comunistas que começaram a atuar neste território com o intuito de mediar as lutas pela terra que se travavam. O objetivo deste artigo é analisar a relação de identidade construída entre os militantes

* Este breve artigo é uma versão resumida do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado para obtenção do título de Bacharel em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no ano de 2015. Para mais informações e detalhes dos argumentos apresentados aqui, ver o livro: Alvarenga, Felipe de Melo (2017), *Memória Militante: identidades e experiências nos sertões cariocas (Baixada Fluminense – 1950-1964)*. Beau Bassin/São Paulo: Novas Edições Acadêmicas.

** Mestrando em História Social da Cultura na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo: 17/18127-8.



comunistas e o Partido Comunista do Brasil (PCB) nas memórias de José Pureza da Silva, Lyndolpho Silva e Bráulio Rodrigues da Silva quando atuaram enquanto mediadores destes conflitos fundiários na região da Baixada Fluminense no final da década de 1940 até inícios da década de 1960. Ao buscarmos compreender como eles pensavam e como eles agiam junto aos camponeses, analisaremos como se construiu o Partido Comunista do Brasil (PCB) pela sua base. Preza-se, aqui, por uma história institucional do PCB vista de baixo, vista pelos seus militantes atuantes e não pela cúpula partidária; pela mediação concreta dos conflitos (prática) a despeito das orientações partidárias (teoria).

Palavras-chave: Identidade; Militantes comunistas; Partido Comunista do Brasil (PCB).

Resumen: A finales de la década de 1940, la región conocida como Baixada Fluminense presenció una movilización campesina por parte de un grupo de labradores que reclamaban la tenencia de tierras que estaban siendo objeto de especulación inmobiliaria. En este contexto, algunos actores sociales de matrices ideológicas diversas se dirigieron a la localidad a fin de disputar la representación política de este grupo de labradores que luchaban por la permanencia en la tierra. Uno de estos agentes fue el Partido Comunista de Brasil (PCB), más específicamente, algunos militantes comunistas que comenzaron a actuar en este territorio con el propósito de mediar las luchas por la tierra que se trababan. El objetivo de este artículo es analizar la relación de identidad construida entre los militantes comunistas y el Partido Comunista de Brasil (PCB) en las memorias de José Pureza da Silva, Lyndolpho Silva y Bráulio Rodrigues da Silva cuando actuaron como mediadores de estos conflictos agrarios en la región de la Baixada Fluminense a finales de la década de 1940 hasta principios de la década de 1960. Al buscar comprender cómo pensaban y cómo actuaban junto a los campesinos, analizaremos cómo se construyó el Partido Comunista de Brasil (PCB) por su base. Se aprecia una historia institucional del PCB vista desde abajo, vista por sus militantes actuantes y no por la cúpula partidista; por la mediación concreta de los conflictos (práctica) independiente de las orientaciones partidistas (teoría).

Palabras-clave: Identidad; Militantes Comunistas; Partido Comunista de Brasil (PCB).

Abstract: At the end of the 1940s, the region known as Baixada Fluminense witnessed a peasant mobilization by a group of farmers who were claiming ownership of land that were the target of speculation. In this context, some social actors of different ideological backgrounds went to the locality in order to dispute the political representation of this group of farmers who were fighting for their permanence on the land. One of these agents was the Communist Party

of Brazil (PCB), more specifically, some communist militants who began to act in this territory in order to mediate the struggles for the land that were being fought. The objective of this paper is to analyze the identity relationship built between the communist militants and the Communist Party of Brazil (PCB) in the memories of Joseph Purity da Silva, Lyndolpho Silva and Braulio Rodrigues da Silva when acting as mediators of these land conflicts in the Baixada region Fluminense in the late 1940s to the early 1960s as we seek to understand how they thought and how they acted together farmers, look at how they built the Communist Party of Brazil (PCB) by its base. It is important here, for an institutional history of the PCB seen from below, seen by its active militants and not by the party leadership; by the concrete mediation of the conflicts (practice) in spite of the party orientations (theory).

Keywords: Identity; Communist militants; Communist Party of Brazil (PCB).

Introdução

“Mais de 500 famílias de camponeses do município de São José da Boa Morte, no Estado do Rio de Janeiro, estão ameaçadas de serem expulsas das terras onde trabalham por grileiros gananciosos protegidos pelas autoridades estaduais. Reina um ambiente de terror na região, principalmente em virtude das violências e arbitrariedades cometidas pela polícia estadual a serviço dos grileiros. Mais de 30 famílias de posseiros já foram expulsas das terras que desbravaram e à custa de suor e sacrifício conseguiram lavrar durante vários anos.” (Jornal Terra Livre, 1ª quinzena de março de 1961, nº 98, p. 1).

Em 1961, o jornal *Terra Livre*¹ divulgava esta notícia na manchete da sua edição de março, noticiando a situação de angústia vivenciada por diversas famílias de lavradores fluminenses, que logo seriam despejadas pelas forças policiais e pelos

¹ O jornal *Terra Livre* foi o principal periódico comunista produzido na experiência democrática brasileira entre as décadas de 1950 a 1960 e que era especificamente voltado para as questões estritamente relacionadas ao campo brasileiro. Segundo Leonilde Sérvo de Medeiros (1995), este jornal foi o responsável pela socialização de experiências entre os camponeses do Brasil que estavam lutando por seus direitos à terra. Para a autora, isto contribuiu para a propagação de uma determinada linguagem de classe camponesa que era potencializada pela mediação dos comunistas no campo.

chamados “grileiros”, interessados na apropriação daquelas terras, desbravadas e ocupadas durante muito tempo pelos “posseiros”. Quem são os grileiros? Quem estava sendo expulso das terras e por quê? Houve resistência? Estas e outras perguntas só podem ser respondidas se direcionarmos o nosso olhar retrospectivo para a primeira metade do século XX na região conhecida como Baixada Fluminense, localizada no Estado do Rio de Janeiro, onde se assistiu a uma dinâmica social conflituosa. Quem sabe, poder-se-ia melhor compreender o conteúdo da notícia citada anteriormente a partir destas considerações.

Entre fins do século XIX e inícios do século XX, a região da Baixada Fluminense foi tida como área decadente e abandonada por conta da crise da economia cafeeira e da abolição da escravidão que comprometeram as atividades econômicas que ali tiveram espaço, interrompendo seu “passado de ouro” (Grynszpan, 1987; Pedroza, 2003). As grandes extensões de terras que constituíam as antigas grandes fazendas de café foram aos poucos sendo desocupadas e desmembradas. Este abandono, acompanhado pelo desinteresse, resultou na insalubridade daquelas terras; muitas delas se encontravam “cansadas” e algumas delas “alagadas”, com fortes riscos de contaminação e de transmissão de doenças, como a malária, por exemplo.

Porém, mesmo com esta descrição infeliz da condição das terras na localidade da Baixada, presenciou-se a chegada de novos personagens que começaram a ocupar a região entre as décadas de 1920 a 1950 (Grynszpan, 1987: 38-40). Muitos deles foram atraídos pela possibilidade de cultivar e de estabelecerem posses para o próprio autossustento ou, até mesmo, por oportunidades reais de emprego, como na produção de laranjas em Nova Iguaçu. Segundo Manoela Pedroza:

“a noção de ‘decadência’ e de ‘abandono’ da Baixada Fluminense deve ser usada entre muitas aspás. Para outro grupo social, esse ‘abandono’ abriu novas possibilidades de trabalho autônomo, já que o desinteresse dos grandes produtores e proprietários permitia que pequenos agricultores sem posses (arrendatários, parceiros e posseiros) pudessem mais facilmente viver e trabalhar naquelas terras” (Pedroza, 2010: 106).

Mario Grynszpan chegou mesmo a dizer que a contínua fragmentação das antigas propriedades abandonadas, transformadas em lotes menores de acordo com o processo de ocupação da região por estes posseiros que chegavam, contribuiu para a diversificação da produção no Estado do Rio, o que potencializou a maior oferta de alimentos, principalmente no setor da fruticultura e da lavoura de gêneros alimentícios (Grynszpan, 1987: 28-40).



Mas, a partir do final da década de 1930 e início da década de 1940, a situação mudou. O governo federal, interessado em criar um “cinturão verde” na Baixada com o intuito de abastecer a região metropolitana do Rio de Janeiro e criar condições propícias para uma colonização dirigida daquelas terras, investiu em obras de saneamento. Contudo, estes investimentos estatais, ao invés de incentivarem a produção agrícola e absorverem o fluxo populacional que se esperava, ajudaram a alimentar a especulação imobiliária, que tomou conta da região e acirrou a disputa no que tange à apropriação daquelas terras valorizadas (Grynszpan, 1987).

Os conflitos de terra na região da Baixada Fluminense começaram a surgir ainda no final da década de 1940 e início da década de 1950. O local foi considerado palco privilegiado de uma mobilização camponesa, mais especificamente, de um grupo de lavradores que reivindicavam a posse de terras que estavam sendo alvo de especulação imobiliária. Mais do que a Baixada Fluminense, foram as regiões de fronteira as mais afetadas pelo avanço do capital especulativo (Velho, 1972; 1982; Martins, 2009).

Nestes termos, o avanço do capitalismo sobre regiões anteriormente tidas como “livres” esbarrava na reprodução do modo de vida camponês que era realizado na fronteira.² Em vista disso, a tese da proletarianização imediata do camponês expropriado em zonas de fronteira fechada deve ser colocada entre muitas aspas: na verdade, era no confronto com o desenvolvimento do capitalismo

² Neste sentido, a fronteira agrícola aberta é sinônimo de conflito e de violência para muitos pequenos lavradores que tocaram suas vidas nestas regiões. Criticando os postulados de Frederick Jackson Turner na época da “expansão para o Oeste” estadunidense, a historiografia brasileira tem questionado o modelo de interpretação que ligava automaticamente a situação de uma fronteira aberta com a construção de uma sociedade mais democrática, constituída por pequenos proprietários que se estabeleceram nos sertões desbravados. Isto porque a existência da fronteira aberta, na verdade, gerou uma forma de apropriação territorial particular que comprometia, por uma série de mecanismos, a reprodução do modo de vida de muitos camponeses. A hipótese de que a abundância relativa de terras servia como válvula de escape para atenuar tensões não é aplicável para o contexto brasileiro. A grande disponibilidade de terras agravou a situação de muitos despossuídos sobre os quais se estendeu um dispositivo de controle social ou, em alguns casos, a expropriação propriamente dita. Ver principalmente: Machado, Marina Monteiro (2012), *Entre Fronteiras: posses e terras indígenas nos sertões (Rio de Janeiro, 1790-1824)*. Guarapuava: Unicentro e Secreto, María Verónica (2012), *Fronteiras em Movimento: História Comparada – Argentina e Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro, Niterói: Editora da UFF.

autoritário em zonas de fronteira aberta que a identidade camponesa era ativada (Velho, 1979). E este processo foi vivenciado em várias regiões do país, com destaque para a segunda metade do século XX.³

Foi por este motivo que Manoela Pedroza (2003) esboçou o conceito de sertões cariocas para sinalizar justamente aquela região na qual se passava a “linha” que dividia o que era interessante para o Estado e para o capital especulativo-imobiliário do que não era até então interessante, isto é, a região onde se instalaram os posseiros e onde a especulação começou a se fazer presente; foi justamente onde se materializariam os conflitos entre quem já vivia e quem agora queria lucrar.

Uma região que foi considerada fronteira aberta, desbravada por homens livres e pobres e posseiros de uma maneira geral, e que sofria os impactos de seu “fechamento” pelos interesses especulativos que buscavam lucrar devido à valorização daquelas terras. Neste sentido, o interesse pelas relações sociais dinâmicas se torna mais profícuo do que o interesse por meras fronteiras fisiográficas/geográficas⁴.



³ Para mais informações sobre este processo mais amplo, ver: Martins, José de Souza (1981), *Os camponeses e a política no Brasil*: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes e Medeiros, Leonilde Sérvo de (1989), *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE.

⁴ Um dos primeiros trabalhos referentes ao tema foi o dos geógrafos Pedro Geiger e Myriam Mesquita que interpretaram a extensa região da Baixada Fluminense como àquela compreendida entre as altas encostas da serra do Mar e o oceano. Ver: Geiger, Pedro y Myriam, Mesquita (1956), *Estudos rurais da Baixada Fluminense (1951-1953)*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Conselho Nacional de Geografia, p. 5. Já Frederico Araújo preferiu utilizar o termo “Baixada da Guanabara”, compreendendo àquela região que se situava no entorno da cidade do Rio de Janeiro, da malha e da fronteira urbanas. Ver: Araújo, Frederico (1982), *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara (1950-1964)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. Mario Grynspan mobilizou genericamente o termo “Baixada”, já que segundo ele, a Baixada Fluminense tinha uma conotação urbana, abrangendo bairros com características bem diversas. Ver: Grynspan, Mario (1987), *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ. Já Leonardo Soares dos Santos resgatou o termo “nativo” e de época – sertão carioca – que compreendeu a zona rural da cidade do Rio de Janeiro (o que corresponderia aos bairros da atual Zona Oeste da cidade). Ver: Santos, Leonardo Soares dos (2005), *Um Sertão entre muitas certezas*: a luta pela terra na

Segundo Grynszpan (1987) e Pedroza (2003), as décadas de 1950 e 1960 foram significativas, pois durante este período histórico uma classe camponesa-poseira encontrava-se em processo de formação, constituindo-se como classe social (Thompson, 1987: 9-14). As identidades se construíram de maneira conflituosa, mas não deixando de ser um processo de caráter relacional: de um lado, os posseiros ameaçados de expropriação, de outro, os chamados grileiros interessados na apropriação daquelas terras (Grynszpan, 1987).

Neste contexto, diversas outras lutas também aconteceram em outros cantos do país na segunda metade do século XX, apesar de algumas lutas apresentarem diferenciações sociais significativas no interior do próprio campesinato que se mobilizava para garantir alguns direitos específicos em detrimento de outros (Sigaud, 1979; Palmeira, 1985, Moura, 1998). De qualquer maneira, parece que o caso fluminense foi exemplificativo de um momento de formação de uma classe posseira-camponesa que se constituía com o auxílio de alguns personagens “externos” a este grupo social que se mobilizava (Grynszpan, 1987, Medeiros, 1995, Pedroza, 2003).

A imprensa começou a noticiar casos de conflitos fundiários nos sertões cariocas por conta desta inserção política do campesinato fluminense que se tornava cada vez mais visível na localidade em questão. Por este motivo, grupos e partidos políticos de matrizes ideológicas diversas se direcionaram para a região a fim de disputar a representação política deste grupo de lavradores que lutavam pela permanência na terra.

Um destes atores históricos foi o Partido Comunista do Brasil (PCB), mais especificamente, alguns militantes comunistas que começaram a atuar neste território com o intuito de mediar as lutas pela terra que se travavam.⁵ Outros agentes sociais também se tornaram presentes: a Igreja Católica e os Círculos Operários Fluminenses (COF), a figura do ex-deputado udenista Tenório Cavalcanti que aspirava se tornar governador do Estado do Rio de Janeiro, as Ligas Camponesas fluminenses, o governo estadual com seu Plano Piloto de Ação Agrária (PPAA), o governo federal, principalmente na época do mandato

zona rural da cidade do Rio de Janeiro (1945-1964). Dissertação de mestrado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da UFF.

⁵ Para alguns estudos de caso sobre a atuação de mediadores pecebistas em outras espacialidades e envolvendo lutas com variados atores sociais, ver Córdula Eckert (1984) para o caso da criação do Master (Movimento dos Agricultores sem Terra) no Rio Grande do Sul e José Manuel Flores (2017) para o caso da organização dos indígenas em luta pela terra no Mato Grosso do Sul.

de João Goulart (1961-1964), com a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) interessada na desapropriação das terras para fins sociais, entre outros.⁶ Estes eram os chamados mediadores que buscavam representar o campesinato fluminense.

Segundo Grynszpan (1987), se travou uma verdadeira disputa pela representação política para falar para/pelo campesinato fluminense em luta pela terra nestes sertões. Quanto mais se disputava esta representação, ou melhor, o monopólio da representação do mundo social destes lavradores mais ligada aos interesses de quem buscava realizar este trabalho representativo (Bourdieu, 1977), mais as lutas se radicalizavam no território em estudo. As lutas pela representação social desta “classe-objeto”, nos termos teóricos de Bourdieu (1977), são decisivas na hora da mediação das lutas dos camponeses. Disputar esta representação se constituía, na verdade, num poder simbólico que *“representa um considerável poder social, o de constituir os grupos, constituindo o senso comum, o consenso explícito, de qualquer grupo”* (Bourdieu, 1989: 142).

A dinâmica de formação da classe camponesa produziu rearranjos e instabilidades no campo da política e das forças sociais presentes. Não foi à toa que Grynszpan (1987: 365) afirmou que a Baixada era um verdadeiro “barril de pólvora” prestes a explodir a qualquer momento. Isto se traduziu nas pressões das bases camponesas e nas organizações dos lavradores: as resoluções espontâneas tiradas do próprio movimento camponês muitas das vezes ultrapassavam os limites programáticos estabelecidos pelos mediadores. Um reflexo disso se materializou nos conflitos internos entre o Partido Comunista do Brasil (PCB) e a sua militância, o que trouxe novos significados políticos para demandas mais amplas, como foi o caso da luta pela reforma agrária na década de 1960 (Grynszpan, 1987: 343-357; Medeiros, 1983; 2000; 2002).

Tendo em vista esse contexto e conhecendo essa bibliografia, a inquietação desta pesquisa foi despertada na leitura dos livros de memórias biográficas dos militantes comunistas que atuaram na região, isto é, José Pureza da Silva (1982), Lyndolpho Silva (2004) e Bráulio Rodrigues da Silva (2008). A problemática que me chamou a atenção na leitura destes relatos de memória foi a relação de identidade construída em relação ao Partido Comunista do Brasil (PCB) nas lembranças da militância das décadas de 1950 e 1960, quando estes militantes realizaram o trabalho político de organização e de mediação das lutas pela terra

⁶ Ver especialmente o capítulo 4 intitulado “As forças em cena” em Grynszpan, 1987: 222-285.



na Baixada Fluminense. Os pesquisadores que trabalharam com o tema da mobilização camponesa fluminense trataram as memórias destes militantes comunistas e os seus depoimentos de maneira bastante instrumental. É interessante notar que as passagens e os ditos dos militantes foram citados simplesmente para exemplificar alguma luta e/ou conflito de terra. Em alguns casos, as memórias foram mobilizadas como recursos meramente descritivos de tais lutas pela terra.

Por este motivo, justifica-se esta pesquisa no sentido de complexificar a relação de identidade entre o militante e o seu Partido construída nos relatos de memória destes indivíduos. Como aporte teórico para esta questão busca-se analisar o objeto de estudo apontado anteriormente a partir das discussões sobre a relação entre a memória e a identidade e a importância das memórias subterrâneas e individuais que se opõem à memória oficial (neste caso, institucional do Partido Comunista do Brasil), significativas para problematizarmos o processo de construção e de “arrumação” das lembranças destes indivíduos no que tange a sua identidade em relação ao PCB (Pollak, 1989; 1992).

Outra contribuição teórica pode ser mobilizada nos âmbitos desta pesquisa, principalmente no campo da história social inglesa, com as considerações do historiador britânico Edward Palmer Thompson: as noções de experiência e agência humanas nos auxiliam a interpretar como os militantes viveram suas vidas e racionalizaram suas ações de acordo com sua própria consciência e a partir da reflexão do que acontecia a eles e ao seu mundo (Thompson, 1981: 16). As condições materiais que vivenciaram no campo e as dificuldades objetivas que, muitas das vezes, impossibilitavam a reprodução das práticas de mediação dos conflitos de terras na Baixada, acabaram por incidir diretamente na percepção de mundo destes atores (os militantes). Por isso, uma espécie de negociação rica entre aspectos da cultura popular tradicional e rebelde dos posseiros que lutavam pela terra e alguns elementos modernos de ação política destes militantes que vivenciaram outra realidade nas cidades foi conformada (Pedroza, 2003).

Entender como eles pensavam e como eles agiam pode também ser produtivo para os fins desta pesquisa, visto que analisarei como se constrói o Partido Comunista do Brasil (PCB) pela sua base, ou seja, preza-se, aqui, a história institucional do PCB vista de baixo, vista pelos seus militantes atuantes e não

pela cúpula partidária.⁷ Resgatar estas experiências também pode ser uma boa maneira de complexificarmos a interpretação que liga diretamente o militante ao seu partido, a mediação concreta dos conflitos às orientações partidárias e a teoria à prática social do indivíduo.

De Operário a Camponês: o trabalho de organização no campo e a militância de José Pureza da Silva

José Pureza da Silva, natural de Pilar, município de Alagoas, migrou para o estado do Rio de Janeiro⁸ ainda jovem, onde exerceu muitas funções até se especializar na construção civil, como estucador, participando de alguns movimentos operários na cidade (Corrêa y Macedo 2007, 369; Grynszpan, 1987: 96). Filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB) por volta dos anos quarenta⁹ e resolveu viver no campo no final do ano de 1947, porque “*achava que os dois movimentos – campo e cidade – deveriam marchar juntos*” (Pureza, 1982: 17).

Pureza tomou conhecimento que estavam oferecendo terras na localidade de Xerém (atual distrito de Duque de Caxias) e pediu um pedaço de terra ao senhor Américo Vespúcio de Alvarez, que se dizia dono da fazenda Penha Caixão. Foi acordado que ele lhe daria metade da produção das bananeiras que plantasse (Pureza, 1982: 18).

“*Fiquei na terra sem instrução nenhuma, sem saber o que fazer (...). Até fome passei nesse período e cheguei ao ponto de roubar aipim para comer. Eu fazia igual a ladrão de aipim, deixava o pé na terra e só tirava a raiz*” (Pureza, 1982: 18). Sua justificativa para o roubo do aipim foi suficiente para que Pureza “legalizasse” a prática (Pureza, 1982: 19). O costume e a práxis de roubar aipim, com a multiplicação frequente do mesmo ato, adquiriu legitimidade para o militante (Thompson, 1998: 86), a ponto de afirmar que comeu “*tanto aipim que hoje não gosta mais*” (Pureza, 1982:

⁷ Para mais informações sobre o PC da direção e o PC da base, ver principalmente: Santana, Marco Aurélio (2001), *Homens partidos*. Comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo, Boitempo Editorial.

⁸ Em suas memórias, não ficou muito claro o ano em que nasceu muito menos o ano em que migrou para o Estado do Rio de Janeiro.

⁹ Segundo o relato de sua mulher, Josefa Paulino da Silva (1924-1999), Pureza se filiou ao PCB no ano de 1945. Ver: Vídeo-documentário “*Josefa: uma mulher na luta camponesa*” de Roberto Maxwell e Luiz Cláudio Lima, 2002.

19). Estas passagens nos auxiliam a compreender como o militante em questão teve que sofrer a experiência de se “tornar um lavrador” (O’Dwyer, 1988), aprendendo, por exemplo, a plantar e a fazer carvão, caçar e comer tatu, construir uma casa coberta de sapê, dentre outras coisas (Pureza, 1982: 19-21).

Eliane Cantarino O’Dwyer (1988) esboçou uma hipótese interessante na qual os militantes que se constituiriam como lideranças camponesas encontrar-se-iam desgarrados da organização do partido em função da clandestinidade que lhes foi imposta (O’Dwyer, 1988: 36). Isto permitiu pensar, segundo ela, que a opção pelo campo tinha também o carácter de sobrevivência pessoal e até mesmo política (O’Dwyer, 1988: 41): uma fuga para o campo pela perseguição que vivenciou na cidade. Segundo ela, a consequência desta situação foi justamente o difícil aprendizado de se tornar um lavrador/camponês (O’Dwyer, 1988: 37).

Por outro lado, tal situação não impediu que Pureza percebesse a instabilidade que logo ameaçaria as condições de vida e de sobrevivência dos lavradores que lá habitavam. Segundo ele, “*descobrimos que o proprietário da fazenda Penha Caixão era um grileiro pequenininho. Começou a surgir na região grileiros poderosos que se diziam donos daquelas terras.*” E continuou: “*A primeira casa a ser derrubada na ocasião do despejo em Capivari, foi essa da fazenda Penha Caixão, feita por mim e Percílio*” (Pureza, 1982: 21).

O reconhecimento da figura do(s) grileiro(s) na região em que morava foi suficiente para que o militante iniciasse o devido trabalho de organização a fim de fortalecer os laços daqueles que logo seriam prejudicados pelos interesses destes novos personagens.¹⁰ “*Naquela época já tínhamos formado uma Comissão de Lavradores em Xerém. Aproveitei a grande afluência de trabalhadores ao terreiro e comeci a arregimentá-los para nossa organização*” (Pureza, 1982: 22).

Com a fundação da Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF), houve um crescimento da organização dos lavradores nos sertões cariocas já no início dos

¹⁰ Muitos destes novos personagens – os grileiros – apresentavam títulos falsos de propriedade para reivindicar o terreno ocupado por muitos posseiros há anos. Sobre o processo de usurpação da terra no Brasil utilizando-se, para isso, de artifícios e argumentos legais, ver principalmente: Holston, James (1993), “Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil.” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 21, ano 8, p. 68-89. Por outro lado, muitos pequenos lavradores poderiam também utilizar a lei a seu próprio favor para peticionar por seu lote de terras, o que abre espaço para interpretar a arena legal como um espaço de lutas envolvendo diferentes direitos sobre a terra. Para mais informações, ver: Motta, Márcia Maria Menendes (1998), *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

anos cinquenta, visto que se tornou sabido que em vários distritos e municípios fluminenses, muitos lavradores estavam travando lutas e queriam se organizar também. Foi exatamente com este trabalho organizativo que Pureza chegou a compor, alguns anos depois, a direção estadual do PCB no Rio de Janeiro.¹¹

“O trabalho de organização dos camponeses consistia na criação de Núcleos da ‘Associação de Lavradores Fluminenses’, nas diferentes regiões do Estado do Rio de Janeiro. A diretoria da entidade de trabalhadores criada em Xerém recebia chamados dos camponeses desejosos de copiar a nossa organização. Nessas reuniões promovidas pelos companheiros de outras localidades, costumava haver uma intensa troca de ideias e preferíamos ouvir mais do que falar. Os camponeses recorriam à nossa entidade com o objetivo de obter um reforço para sua luta. A participação nossa nos conflitos geralmente se dava depois dos fatos sucedidos. Eram os camponeses, com sua própria iniciativa, que faziam seus movimentos” (Pureza, 1982: 35).

Esta passagem é bastante elucidativa. Pureza, além de explicar o processo de organização de maneira sintética, reconheceu que o protagonismo não deve ser retirado dos próprios camponeses em luta e desejosos de se organizar. Neste sentido, *“atendendo à convocação dos companheiros e participando das suas reuniões, aprendemos que organização nenhuma deve ser transplantada”* (Pureza, 1982: 35). Não existiria, nestes termos, um modelo de organização moldado de fora, a fim de enquadrar as diversas realidades em um estilo único de organização, que pudesse ser transplantado.

“No campo, o trabalho de organização era bem diferente ao que existia na cidade”, nos explicitou Pureza. *“Os companheiros da cidade fundavam seus Sindicatos, arranjando uma sede e colocando tabuleta: os operários já sabiam que aquela era sua organização.”* Era só preciso dirigir-se ao seu Sindicato e *“lá colocavam seus problemas e recebiam instruções”* (Pureza, 1982: 35-36). Por outro lado,

“(…) no campo não foi assim. Sempre considerei a organização no campo como as próprias plantações. Se você prepara a terra para plantar, por exemplo, feijão, colhe do que plantar depois. Mas se não teve tempo, ou por algum motivo, não deu o

¹¹ Para a região de Magé e a luta dos trabalhadores têxteis mediadas por comunistas, com destaque para a figura de Manoel Ferreira de Lima, ver principalmente: Ribeiro, Felipe Augusto dos Santos (2009), *Operários à Tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

tratamento adequado, vai ter uma colheita fraca, conforme o trabalho que deu. Porém, quando se dá o cuidado que a planta precisa, a safra é boa” (Pureza, 1982: 36).

Nesta passagem, a analogia entre organização e plantação oferece uma via de interpretação significativa. Ao mesmo tempo em que o protagonismo não deve ser retirado do camponês em luta e em vias de se organizar, a assistência e o tratamento adequado à “terra” para que a plantação (organização) produzisse uma “safra boa” foram valorizados na visão de Pureza.

Mas isto não durava muito tempo: *“plantava-se o Núcleo e tratava-se dele, discutindo seus problemas, até quando pudesse andar com seus pés.”* Assim, *“quando o Núcleo estava dominando melhor a situação e tinha consciência suficiente, então descansávamos um pouco de dar aquela assistência mais aguda.”* Foi esta tática adquirida na luta com os companheiros, vendo como viviam, discutindo e conversando com eles, *“que deu bom resultado não havendo outra forma de se dirigir os camponeses?”* (Pureza, 1982: 36).

De acordo com este desenvolvimento organizativo análogo a uma “plantação”, os próprios camponeses aprendiam a dirigir seus núcleos e, de acordo com o tempo, o número de associados crescia. Tais núcleos eram transformados em uma nova associação, que normalmente receberia o nome do lugar como “batismo” (Pureza, 1982: 38).

Segundo a literatura pertinente sobre o tema, o papel da mediação é um dos componentes essenciais nos movimentos de luta pela terra no Brasil. Segundo Delma Pessanha Neves (1997), a intervenção de mediadores é decisiva na hora da conciliação de impasses que são produzidos no entremeio do mundo rural com o mundo externo. O exercício da mediação garante, por sua vez, a internalização de noções como direito e cidadania nos grupos apartados das instituições políticas citadinas. Isto contribui para a transmissão de valores e de atitudes políticas que podem ser incorporadas ao grupo ora mediado, o que condiciona a ação coletiva e a construção de uma identidade coletiva. Mas, é interessante pontuar que o próprio mediador também pode aprender com todo o trabalho de representação, estabelecendo diferenças entre aquilo que presenciava no seu mundo e o que estava ao seu alcance no momento da mediação.

Para Pureza, *“aí estava a diferença do tipo de organização existente na cidade e no campo”*: *“na cidade, entre quatro paredes, na sede do Sindicato, o dirigente já podia fazer muita coisa. No campo era preciso ir às bases, e não podia ser com passeio de beija-flor, não.”* Não seria um militante aquém daquela realidade e que só comparecesse à organização camponesa de maneira esporádica (os passeios de beija-flor, nos seus dizeres) que amadureceria a associação. Para ele, era preciso discutir com os

companheiros para tirar conclusões, e mesmo depois delas, era necessário colocá-las em prática: “*não inventávamos nenhuma situação para melhorar a luta*” (Pureza, 1982: 36).

Nos sindicatos urbanos, por outro lado, os trabalhadores pagavam o imposto sindical obrigatório e já estariam garantidos, dessa forma, os benefícios materiais e trabalhistas que seriam “concedidos” pela instância do Ministério do Trabalho. As lideranças sindicais intermediariam todo este processo entre quadro paredes e a base dos trabalhadores já seria beneficiada. Este modelo de sindicato urbano único, territorial, com imposto obrigatório e benefícios certos, que mantinha relações orgânicas com a instituição do Ministério do Trabalho, era a definição característica deste sindicalismo corporativista (Gomes, 1988).

“*Ninguém ia com mil realidades no bolso do colete, porque não dava certo. Por tudo isso eu desafio qualquer um que queira organizar camponeses entre quatro paredes. Ele pode fazer ajuntamento de curiosos, que não é a mesma coisa de organização.*” Sua crítica aos intelectuais de gabinete foi bastante direta. Em contraposição, a militância *experimental*, que conhecia a realidade do lavrador e atuava no sentido da sua situação/reivindicação mais sensível e concreta, foi a mais adequada para este contexto, pois “*quando o trabalhador percebe que não saiu nada do seu interesse, nem esclareceu suas ideias, ele aos poucos vai abandonando*” (Pureza, 1982: 37).

14 

Esta militância de caráter *experimental* contribuiu na formação de uma identidade coletiva junto aos próprios lavradores do campo fluminense, ocorrendo, assim, de modo simultâneo, a instituição e o reconhecimento político deste grupo social e de seus porta-vozes (O’Dwyer, 1988: 85). Segundo Eliane Cantarino O’Dwyer, a hipótese de que estes militantes eram meros executores de uma determinação política do PCB ou que sua escolha como liderança dos lavradores foi consequência de uma mera ação de caráter pedagógico se tornava equivocada, já que a militância exigiu todo um trabalho prático de organização e de mobilização em defesa de interesses comuns dentro dos espaços de deliberações locais (O’Dwyer, 1988: 86-87).

A prática desta militância foi bastante pragmática, pois segundo Pureza “*o movimento sindical deve aceitar o apoio e a ajuda de quem quer que seja. A questão é não comprometer a classe com posições político-partidárias*” (Pureza, 1982: 92). E as memórias desta prática *experimental* não terminaram por aí: “*Como dirigente me empenhei a vida toda na política sindical. Mas nunca fui à base pregar política partidária, só a política do trabalhador*” (Pureza, 1982: 92). A memória do depoente se aproximou muito mais das suas experiências com os trabalhadores rurais do que com as orientações teórico-programáticas do que ele chamava de “política

partidária”. Ou seja, sua identidade em relação ao PCB foi construída a partir de certo afastamento em relação ao mesmo.

“Na minha militância fui apenas um companheiro que ajudava os outros, um tarefeiro. Executava as resoluções tomadas pelos camponeses. No Estado do Rio de Janeiro e no Brasil inteiro, jamais houve líder insubstituível. O que fiz junto com os companheiros, outro teria feito do mesmo jeito. Não passamos de uns soldados” (Pureza, 1982: 93).

A estratégia discursiva de não relatar/lembrar (inconsciente ou propositadamente) as resoluções da direção do PCB, mas sim as próprias deliberações tiradas pelos camponeses naqueles espaços autônomos de decisão de que falou Eliane Cantarino O’Dwyer (1988), foi uma forma de criar uma identidade afastada do Partido e de construir a imagem de que ele era uma espécie de militante tarefeiro, valorizado por seu altruísmo e por sua dedicação à causa do trabalhador.

No entanto, é preciso atentar-se para o momento em que essas memórias foram produzidas. A partir das entrevistas feitas pela antropóloga Eliane Cantarino O’Dwyer no início da década de 1980, Pureza relatou suas experiências de militância, junto aos lavradores fluminenses, no momento em que se dava o processo de abertura política do Brasil. Foi exatamente neste contexto político que o principal líder do PCB, Luiz Carlos Prestes, escreveu a famosa *Carta aos comunistas*, em março de 1980, na qual afirmou o seguinte:

“Tornou-se evidente que o PCB não está exercendo um papel de vanguarda e atravessa uma séria crise já flagrante e de conhecimento público (...) a orientação política do PCB está superada e não corresponde à realidade do movimento operário e popular do momento que hoje atravessamos. Estamos atrasados no que diz respeito à análise da realidade brasileira e não temos respostas para os novos e complexos problemas que nos são agora apresentados pela própria vida, o que vem sendo refletido na passividade, falta de iniciativa e, inclusive, ausência dos comunistas na vida política nacional de hoje (...) sinto-me no dever de alertar os comunistas para a real situação da atual direção do PCB: uma direção que não funciona como tal e não é capaz de exercer o papel para o qual foi eleita, um Comitê Central em que não é exercido o princípio da direção coletiva — caracterizado pela planificação e o controle das resoluções tomadas pela maioria —, no qual reina a indisciplina e a confusão, em

que cada dirigente se julga no direito de fazer o que entende. Na prática, inexistiu uma direção do PCB.¹²

Na verdade, esta autocrítica poderia ter sido formulada no período da ditadura militar brasileira e durante o decorrer destes 21 anos sombrios que os comunistas buscavam sobreviver a qualquer custo. Porém, externá-la naquele contexto poderia ser um risco sensível, potencializado pela própria situação de clandestinidade do partido. Já na redemocratização, o “acerto de contas” com o “Partidão” poderia ser efetivado, como mostra esta carta datada de 1980, escrita pelo líder comunista mais conhecido do país. Inesperadamente, este contexto político também abriu margem para a emergência de outras memórias, aquelas mais subterrâneas, que também construíram um discurso crítico em relação ao Partido.

Foi a partir dos seus relatos de memória que José Pureza foi reconstituindo sua trajetória de líder camponês. A história oral, muitas das vezes, “*pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras*” (Thompson, 1992: 22). Porém, por mais que se reconheçam estas potencialidades, há que se ter em mente que estas memórias são construções históricas passíveis de transformações e não se encontram “congeladas”, prontas para serem reproduzidas de maneira uniforme.

É através dela que se constroem os elementos identitários, tanto individuais como coletivos, “*na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si*” (Pollak, 1992: 204). Para construir sua identidade enquanto porta-voz dos camponeses, Pureza realizou um trabalho de “rearrumação”/organização de sua memória, selecionando os eventos que seriam externalizados no momento da entrevista, com o intuito de construir uma trajetória coesa e coerente, mais ligada aos seus interesses e as oportunidades democráticas que se abriam no presente. O silêncio e o esquecimento, independente do seu caráter intencional ou inconsciente, oferecem algumas limitações a nossa análise, mas há que se reconhecer que até mesmo estes indicadores possuem um significado para estas memórias subterrâneas, imbuídas de razões políticas, acrescentadas àquelas mais pessoais (Pollak, 1989: 6).

¹² Trechos da *Carta aos comunistas* escrita por Luiz Carlos Prestes em março de 1980, no Rio de Janeiro. Ver, na íntegra: <<https://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm>>. Acesso em: 19/10/2015.

Diante dessas considerações, acreditamos que José Pureza construiu certa autonomia em relação ao Partido Comunista do Brasil (PCB), o que comprometia a sua relação identitária com o mesmo. A partir das suas memórias individuais, vemos que o militante valorizou a prática experimental do trabalho de organização e de mediação dos conflitos de terra no contexto de formação de uma classe camponesa na região fluminense. A “receita de bolo” para que uma liderança fosse efetivamente construída reforçou esta memória altruísta, autônoma e pragmática, quando Pureza relatou que o líder não se faz (não se “produz” nos órgãos partidários de decisão), mas *“só chega a líder quem tem muito serviço prestado ao povo. A massa faz o líder na luta, na tẽmpera”* e não o contrário (Pureza, 1982: 93).

Da base à presidência da CONTAG: a ascensão na militância de Lyndolpho Silva

Lyndolpho Silva, nascido em Barretos (São Paulo), se aproximou do Partido Comunista do Brasil (PCB) no período da redemocratização, preenchendo sua “ficha de entrada” em outubro de 1946 (Silva, 2004: 38), iniciando-se assim sua vida na política, aos 22 anos de idade (Assis, 2008: 11). Foi direcionado para atuar na região de Bangu, para construir células do Partido e formar quadros. Tornou-se secretário do Comitê Distrital da região na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e, a partir de 1952, iniciou seu trabalho político com os lavradores da região de Campo Grande, Santíssimo e Senador Camará (Assis, 2008: 12).

Na tentativa de construir o Partido nestas localidades, Lyndolpho percebeu que a população era essencialmente camponesa, havendo, inclusive, a existência de *“um movimento de associação de posseiros”* que resistia frente ao processo de expulsão das terras (Silva, 2004: 40). Para ele, não houve grandes dificuldades para a organização deste movimento, mas, ao mesmo tempo, o problema de continuar trabalhando para sustentar a si mesmo e a sua família impuseram limitações ao seu trabalho de militante.

Segundo ele, *“era fácil você defender o direito desse pessoal, inclusive pelo tempo que eles tinham nas terras. O usucapião era trinta anos na época, então isso era fácil”* (Silva, 2004: 47). No relato da posseira Creuza, que foi ameaçada de despejo na localidade de Campo Grande, é notável a relevância do tempo de posse na terra:

“– Cheguei para este sítio em 1922, juntamente com o meu marido. Aqui só encontramos mato. Passamos as maiores privações neste lugar e aqui perdemos 3 filhos

em consequência da água que tomavam. Mas vivíamos calmamente até no ano passado, quando fomos intimados, os 32 posseiros, para comparecer à delegacia de polícia. Lá encontramos o Dito Velasco que se intitula dono das terras. Quase fomos espancados” (Jornal Terra Livre, 1ª quinzena de setembro de 1954, nº 48, p. 3).

A mediação dos conflitos acabou por fazer Lyndolpho perceber que os argumentos – como a antiguidade da posse e o trabalho de desbravamento – eram considerados legítimos para os posseiros que lá viviam, mesmo que contrapostos ao direito legal de propriedade privada dos latifundiários (Grynszpan, 1987: 66). “Fui ouvindo alguém mais desenvolvido, já defendendo, defendendo os trinta anos, demonstrando quantos anos estavam ali, dentro daquilo, porque o pai deu, porque o avô deu.” E continuou: “O pessoal manteve aquilo trabalhando corretamente, que não era uma propriedade pura e simplesmente sua, mas tinha plantação, produziam. Isso tudo era a efetivação da coisa” (Silva, 2004: 48). Ou seja, Lyndolpho percebia que a efetivação do direito de propriedade da terra era confirmada pela posse mansa e pacífica e pelo cultivo, elementos que historicamente foram mobilizados nas contendas judiciais envolvendo pequenos posseiros que se contrapunham ao absentismo dos proprietários legais, que apresentavam o título para comprometer estes atos possessórios autônomos e legítimos (Grossi, 2006; Motta, 2008; 2009).

“Eu fazia reunião com os posseiros, andava no meio deles, com eles, organizando, ouvindo, ajudando a fazer determinada coisa que eles não sabiam fazer. Ser prático na vida deles, esse negócio todo foi muito positivo para esse tipo de tarefa” (Silva, 2004: 48). Mesmo que a mediação não fosse estritamente necessária para a mobilização destes posseiros, esta passagem confirma que a novidade trazida pelo militante comunista e alguns elementos modernos de ação política (como recorrer a alguma autoridade para defender os interesses dos posseiros ou organizá-los em associações civis) puderam conformar uma negociação rica entre aspectos da “cultura popular tradicional e rebelde” destes posseiros com outras matrizes de pensamento e ação (Pedroza, 2003). Neste sentido, Lyndolpho e os camponeses do sertão carioca construíram uma relação produzida na/pela luta, e a tarefa de mediação destes conflitos se configurou num verdadeiro aprendizado político, “porque tudo era novidade para todo mundo, era um aprender constante” (Silva, 2004: 78).

Segundo ele, o *Manifesto de Agosto* de 1950¹³, documento oficial do PCB que delineava as propostas programáticas do partido para a ação revolucionária de

¹³ As teses corporificadas no *Manifesto de Agosto* de 1950 foram produtos de avaliações partidárias anteriores, datadas do ano de 1947 (decretação da ilegalidade do PCB) e

derrubada do governo Dutra, lançou aos militantes a tarefa de preparar efetivamente “a revolução, para a tomada do poder, para a luta armada”. Porém, continuou ele, “a massa não aceitava, essa que é a verdade, e também a prática de fazer isso com a massa não era tarefa fácil. Alguns estavam dedicados a isso, mas não conseguiram nada” (Silva, 2004: 44). Assim, “o que a prática estava ali indicando era o seguinte: não adianta ir só na ignorância, na violência, para defender as coisas (...) que podem ser resolvidas pela própria lei que existe ou pela autoridade que está obrigada a cumprir” (Silva, 2004: 49).

A lei, muitas das vezes, “dava mais confiança” para os trabalhadores: “o trabalhador sente-se mais seguro quando está dentro da lei. Isso naturalmente tem os seus fundamentos. Toda a pregação no interior é de respeito à lei.” Por este motivo, Lyndolpho Silva considerava um erro de avaliação do Partido que, majoritariamente, interpretava que toda luta que se resumisse a conquistas legais era, na realidade, “fazer concessão ao patrão, às classes dominantes”. Tratar-se-ia, logo, no seu entendimento, de um desconhecimento da realidade por parte do PCB, dado que a orientação era “não respeitar um fato que até hoje é presente na vida rural, que é a legalidade das coisas” (Silva, 1994: 67-88).

Não foi à toa que, em outros contextos locais, a disputa pela arena legal deu margem para que muitos comunistas se elegeassem como vereadores, utilizando a legenda de outros partidos, para representarem os interesses mais prementes dos trabalhadores rurais. Foi o caso de Magé, estudado por Felipe Ribeiro, no qual diversos parlamentares comunistas, com destaque para a figura de Manoel Ferreira de Lima, buscaram representar na Câmara todos os trabalhadores mageenses, na qualidade de autênticos “operários à tribuna” (Ribeiro, 2009). Por isso, Lyndolpho Silva avaliava o seguinte:

“nossa posição não correspondia à posição do povo. Assim, nós tiramos dos nossos documentos a derrubada de Vargas e deixamos a derrubada do governo. Isso tentava

de 1948, no chamado *Manifesto de Janeiro* de 1948, seguido pelo *Informe Sindical e de Massas da Comissão Executiva do Comitê Central do PCB* escrito por Maurício Grabois em maio de 1949. Ver: Santana, Marco Aurélio (2001), *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editorial Boitempo, p. 68. O *Manifesto de Agosto* definiu a polarização existente na política brasileira: de um lado, o governo de “traição nacional do general Dutra” e as forças imperialistas que o apoiavam; de outro, as massas trabalhadoras rurais e citadinas e os setores preocupados com a independência da nação frente ao imperialismo ianque. Neste sentido, existiria um lado ou o outro, sem meios-termos. A única ação viável seria a revolucionária. Ver: *Manifesto de Agosto de 1950*. In: *Jornal Voz Operária*. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1950, nº 63, pp. 1, 2, 6 e 7.

corrigir o Manifesto de Agosto. Apoiamos o governo de Juscelino, mas nos nossos documentos continuava a derrubada do governo. Nós ajudamos a eleger um presidente da República e em nossos documentos continuava a luta pela derrubada do governo. Esse fato que o Ciavatta coloca é, efetivamente, a manifestação dessa contradição decorrente do nosso desconhecimento da realidade que não estávamos vivendo verdadeiramente” (Silva, 1994: 67-88).

Tal declaração do militante nos expressa as dificuldades de se materializar a linha política do Partido na prática, já que preparar a massa para tomar o poder não encontrava respaldo na dinâmica da própria classe em construção, que “*não respondia nada, porque tinha medo de perder o emprego*” (Silva, 2004: 44).

“Por essa razão, o Manifesto de Agosto aí não chegou, não chegou nada disso. O que chegou foi a prática disso, a prática mesmo. Infelizmente, a única prática dessa coisa toda, a prática do partido que chegava era o meu empenho. Quer dizer, eu não tinha um puto tostão para andar uns 15, 20 quilômetros, e andava a pé. Mas para esse pessoal começar a tomar consciência da defesa do que é seu, isso é a vida; porque aí está outro aspecto do Manifesto de Agosto, onde o movimento sindical – e mesmo fora do movimento sindical, a vida, o militante que continuou –, o que ele encontrou foi exatamente as coisas da vida e não a vontade” (Silva, 2004: 49).

A partir deste trecho, podemos perceber que a vida do militante na base e até mesmo a falta de contribuição material do PCB inviabilizou, muitas das vezes, a concretização da vontade [do Partido], o que não quer dizer que a prática não contivesse um empenho [do militante] significativo. Por isso, a prática e a vida do militante acabaram por construir sua experiência histórica e seu espaço de agência no tempo e no lugar em que militou, não sendo determinadas pela vontade partidária que buscava guiá-la. Neste caso, Edward Palmer Thompson nos ajuda a entender que a experiência “*surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem o pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo*” (Thompson, 1981: 16).

Passado este período de tensão entre a prática de sua militância e as orientações programáticas do PCB, a direção do Partido lhe perguntou se ele estaria em condições de ser “desligado da produção”, isto é, se ele estaria disposto a sair de sua área de atuação (o sertão carioca). Ele “topou a parada” sendo, primeiramente, o dirigente do PCB em toda a região¹⁴, e, depois, sendo

¹⁴ Segundo Leonardo Soares dos Santos: “*Dos militantes comunistas que atuaram no Sertão Carioca, Lyndolpho Silva era o que talvez tivesse maior inserção junto à direção nacional do PCB.*” (Santos, 2005: 146).

designado para São Paulo (Silva, 2004: 44), onde “*resolveram [lbe] caracterizar para a atividade nacional*” (Silva, 2004: 50) já em 1953. Seu período de militância na base foi sucedido por uma atuação mais centralizada e Lyndolpho Silva seria um dos dirigentes da futura União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), criada em 1954 e, posteriormente, o próprio presidente da primeira Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – a CONTAG.

Participou de congressos e conferências nacionais e/ou internacionais e realizou um curso de formação sindical na Federação Sindical Mundial (FSM) em Budapeste, na Hungria. Lá, disse que estudou muita “teoria” e que não podia “contestar nada” (Silva, 2004: 52). O que é interessante notar é que a experiência de ascensão na militância e a própria oportunidade de viajar e realizar um curso no exterior marcou a sua lembrança, assim como o próprio Lyndolpho reconstruiu sua visão acerca da orientação partidária, interpretando agora a vontade da direção como sendo necessária.

Seu discurso começou a se tornar contraditório quando afirmou que: “*Eu fiz isso durante toda a minha vida, então eu não era um elemento discordante. Era para cumprir, era para cumprir, estava convencido disso, que a direção tinha poderes para isso*” (Silva, 2004: 66). E, mesmo recordando-se da sua crítica anterior ao *Manifesto de Agosto*, suas posições foram mais esclarecidas em suas memórias na época da ditadura militar:

“Como aconteceu na questão do Manifesto de Agosto, eu achei que aquilo era um negócio ruim. Mas para mim, eu partia do fato seguinte: é a organização que o partido quer e vamos cumprir, porra. Quer dizer, essa mania eu sempre tive, ser disciplinado. E se o partido tomasse a posição de luta armada? Como acabei de dizer, se era ponto de discussão do PCB, pode discutir a questão. Mas o que ficar decidido dentro do partido, cumpre-se” (Silva, 2004: 129).

Neste caso, percebe-se que Lyndolpho Silva reconstruiu sua identidade em relação ao PCB, assim como afirmou sua disciplina e obediência em relação às orientações da instituição. A trajetória de Lyndolpho Silva permitiu acompanhar estes dois PCs (Santana, 2001) – o das bases e o da direção – e o processo de enquadramento da memória individual de um militante que se (re)identificou com o Partido a partir de sua experiência histórica (Pollak, 1989; 1992).

Segundo Marco Aurélio Santana, “*o problema era a desconexão entre as partes, agravadas pela extração dos militantes de base para os organismos superiores*” (Santana, 2001: 136). Neste caso, a trajetória de Lyndolpho Silva parece ser bastante exemplificadora. A ascensão em sua militância política, iniciando o seu trabalho na base na região do sertão carioca, e, posteriormente, sendo direcionado aos

órgãos superiores como a ULTAB, ao editorial do jornal *Terra Livre* e como presidente da futura CONTAG, foi também uma experiência de passagem entre estes dois PCs. Em suas memórias, pode-se perceber a valorização da vida e do esforço do militante quando realizou seu trabalho político na base, e também a valorização da vontade do Partido quando atuou na ULTAB e na CONTAG. Esta ressignificação e reconstrução da identidade em relação ao PCB (e as suas diretrizes) só podem ser entendidas à luz desta passagem entre o PC das bases e o PC da direção, vivenciada por Lyndolpho Silva.

O militante “sem ficha”: repressão e trauma na militância de Bráulio Rodrigues da Silva

Bráulio Rodrigues da Silva, nascido em 1923 na cidade de Januária, no norte de Minas Gerais, ingressou na Juventude Comunista na década de 1940, alegando não ter “feito ficha” no Partido. É interessante pontuar que esta lembrança do ingresso informal no movimento comunista e o “fato de não ter tido ficha” no Partido irão se repetir ao longo de seu relato, mesmo recordando que próximo às eleições de dezembro de 1945 e princípios de 1946 (momento em que o PCB se encontrava legalizado), já havia se filiado ao Partido (Rodrigues, 2008: 15).

22 

Por outro lado, na documentação policial do Departamento de Polícia Política e Social (DPPS) do Estado do Rio consta que Bráulio Rodrigues da Silva “*em 1952 [foi] registrado no PCB conforme a ficha de recrutamento Luiz Carlos Prestes*” na época em que militava na célula Garcia Lerca, no Comitê Municipal de Barra Mansa, distrital de Volta Redonda¹⁵. Mesmo que comprovada a sua filiação por meio destas fichas e sua situação de militante orgânico do Partido, há que se compreender a importância e o significado de seu discurso, visto que “*revela um*

¹⁵ Departamento de Polícia Política e Social do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1979, página de busca nº 145/78-JSPDN: “*Em 1952, registrado no PCB conforme ficha de recrutamento Luiz Carlos Prestes. Pertenceu ao Comitê Municipal de Barra Mansa – distrital de Volta Redonda – célula Garcia Lerca.*” In: APERJ. *Prontuário RJ* nº 22.147. No anexo de minha monografia, reproduzi as fotos que tirei das fichas de filiação de Bráulio Rodrigues da Silva. Ver: Alvarenga, Felipe de Melo (2015), *Memória Militante: A construção de identidade em relação ao Partido Comunista do Brasil (PCB) nas lembranças de uma militância experimental nos sertões cariocas (Baixada Fluminense, 1950-1964)*. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais” (Pollak, 1989: 12).

Foi na segunda metade da década de 1940 que Bráulio Rodrigues se dirigiu ao Estado do Rio de Janeiro, primeiramente para a região de Volta Redonda e, posteriormente, para os sertões cariocas. Foi lá que teve o contato com o movimento de luta pela terra impulsionado pelos lavradores fluminenses, abandonando o trabalho político na cidade que realizava no setor de construção civil (Rodrigues, 2008: 17-19).

Na região de Pedra Lisa, município de Nova Iguaçu, Bráulio Rodrigues da Silva conheceu Zé Matias, um cidadão que estava arregimentando os camponeses para distribuir terras pela região. Ao procurá-lo para ver se conseguia um pedaço de terra, Zé Matias alegou que a ocupação estava lotada, mas se ele frequentasse o lugar, conseguiria algum “pedacinho de terra” com o passar do tempo. Foi frequentando as reuniões, “*mas não quis nenhuma especificação de liderança. Ia só para assistir. Entrei quase como clandestino, não a serviço do Partido, mas por minha livre e espontânea vontade, porque saí de Volta Redonda sendo perseguido pela polícia*” (Rodrigues, 2008: 19).

Bráulio admitiu que o seu papel seria secundário e não dependente dos ditames do Partido. Como a perseguição em Nova Iguaçu era grande, propôs-se a ajudar, “*fazendo uma coisa, fazendo outra, mas não como liderança.*” Para ele, as lideranças “*eram outras pessoas, bem capacitadas na época, como o Zé Matias*” (Rodrigues, 2008: 19). Eximir-se-ia assim do papel de porta-voz e de líder camponês e construiria sua militância a partir do âmbito das suas possibilidades, mesmo que na clandestinidade (O’Dwyer, 1988: 36).

Logo quando começou a “ter certa liderança ali” foi novamente preso. Segundo o prontuário policial do DOPS, Bráulio Rodrigues foi preso no dia 1º de maio de 1950 e liberado depois de 8 dias. Segundo consta, foi detido e apresentado ao Setor de polícia de Queimados por conduzir faixas alusivas às comemorações do dia 1º de maio, tendo feito pichamentos, distribuição de boletins e colagens de cartazes. Teve, inclusive, “*um problema de pulmão, por ter sofrido muita pancada... mas muita mesmo, não estou de brincadeira, não... Cheguei a escarrar sangue*” (Rodrigues, 2008: 20-21). Sua memória condiz com as arbitrariedades e com a violência política específica vivenciada no campo neste período (Medeiros, 1996), tendo

que declarar que não mais frequentava as reuniões do ex-Partido para poder ser liberado da prisão preventiva.¹⁶

“*Em Pedra Lisa só tinha posseiro*” e muita mata, pois os proprietários da área (os chamados irmãos Guinle) “*largaram aquilo de lado*” e as pessoas de Nova Iguaçu começaram a ocupar as fazendas para “*tirar lenha para fazer carvão e vender*”. Era justamente Zé Matias que arregimentava essas pessoas e distribuía adequadamente as terras, “*sem interferência de nenhum partido político, sem interferência de ninguém*” (Rodrigues, 2008: 21-22).

O problema apareceu quando começaram os atritos com aqueles indivíduos interessados na expulsão das pessoas que lá viviam, os chamados grileiros. A forma de resistência encontrada foram as ocupações de terra que “*se garantiam pela nossa força, a força de nós todos, juntos, com facão, com espingarda, com carabina, não sei o que mais. não tinha nada de apoio por trás, cada um fazia o seu próprio sustento*” (Rodrigues, 2008: 25).

Assim como José Pureza da Silva, as características daquela militância *experimental*, que dialogava com as vivências e as expectativas da classe em formação, também foram encontradas nos relatos de Bráulio Rodrigues da Silva. Quem sabe isto tenha acontecido por terem compartilhado condições objetivas e subjetivas semelhantes no trabalho de base nos sertões cariocas. Enraizados na localidade por mais tempo, estes dois militantes puderam conhecer mais a realidade dos lavradores fluminenses, o que distancia um pouco do caso de Lyndolpho Silva que, rapidamente, foi projetado para a direção nacional do PCB.

Segundo Regina Novaes (1994), é comum estas diferenciações nos processos de mediação. Alguns mediadores podem atuar de maneira mais aproximada da realidade dos camponeses, como no caso de José Pureza da Silva e de Bráulio Rodrigues da Silva, assim como podemos ter aqueles mediadores que atuam de maneira externa, como no caso de Lyndolpho Silva a partir do final da década de 1950. De qualquer maneira, embora possamos estabelecer estas comparações significativas, é interessante ressaltar que a construção da memória pode se dar

¹⁶ No relatório de polícia consta que “*em 1.05.50 foi detido e apresentado a esse Setor, procedente de Queimados, por conduzir faixas alusivas às comemorações do dia 1º de maio, pichamentos, distribuição de boletins e colagens de cartazes, declarando ainda, ter sido Militante Comunista do extinto PCB, não frequentando mais as reuniões do ex-Partido, tendo sido posto em liberdade em 8.5.50*” (Superintendência Executiva do DOPS, nº 2930, de 21.3.67.). In: APERJ. Prontuário nº GB 43.477.

de forma diferente em cada caso. Os relatos de Bráulio Rodrigues, por exemplo, destoaram das outras narrativas quando ele expôs seu rompimento com o “Partidão”, justamente no ano do “racha” em 1962:

“Eu saí do partido na época do ‘racha’, porque tanto em um grupo havia excelentes companheiros, como também no outro... Eu falei na reunião do Partido: ‘Vou pedir demissão porque eu não vou ficar neste grupo para malbar o outro, não vou ficar naquele para malbar este. Que coerência é a nossa?’ Entreguei uma carta pedindo o meu afastamento do Partido por essa questão. Eu queria amadurecer primeiro para saber depois que destino tomaria” (Rodrigues, 2008: 41).

Na ditadura militar, Bráulio acabou sendo preso no Dops de Niterói, afirmando que a única tortura que sofreu foi física: “*mas não tapa. Só levei choque*” (Rodrigues, 2008: 45). Foi exatamente neste momento de suas lembranças que alegou o seguinte:

“Eu não era do Partido, eu não tinha cargo no Partido, nunca tive cargo no Partido. Fui para o Partido, mas não tinha ficha no Partido. Membro do Partido eu não era, nunca fui. Nunca tive ficha no Partido, nem aqui nem em Minas, em lugar nenhum, mas era comunista. Fazia tarefa para o Partido, fazia as tarefas que o Partido me dava” (Rodrigues, 2008: 47).

Muitas vezes, compreender a possibilidade de uma pluralidade de destinos particulares, em função dos recursos próprios que cada ser social possui em determinados contextos, e analisar as estratégias de pessoas comuns que buscavam continuar sobrevivendo a qualquer custo, reintroduzindo noções como a de fracasso, incerteza e de racionalidade limitada, podem ser produtivas para o pesquisador que procura entender o contexto social em que viveram determinados indivíduos imersos dentro de uma teia de relações sociais complexas (Levi, 2000; Revel, 1998). Parece que este foi o caso sensível de vários trabalhadores rurais e de seus porta-vozes, que relataram suas experiências de repressão e de tortura física sofridas durante o período da ditadura militar brasileira (Cioccarì, 2011; Medeiros, 2018).

Estas estratégias, racionalizadas e realizadas no passado, possuem seu reflexo também nas memórias individuais sobre o evento no presente. Como pudemos notar na lembrança citada acima, novamente percebe-se a cristalização de uma memória de ingresso informal no PCB, o que legitimaria sua constatação de que “nunca foi do Partido”. Como afirmei anteriormente, Bráulio tinha feito a “ficha” e, inclusive, alegou ter sido filiado. De qualquer forma, decidiu apagar este documento de sua lembrança, assim como o fato de ter sido fichado.

Outra questão interessante: segundo ele, “*O Pureza era do Partido. Era militante há muito tempo*” (Rodrigues, 2008: 47). Irônico seria se o próprio Pureza estivesse escutado/lido esta frase que foi lembrada por Bráulio no momento de tortura e da prisão que sofreu. Mas reconhecer o outro militante como orgânico desta instituição só nos ajuda a notar o quanto Bráulio queria se distanciar do Partido, independente das percepções que o próprio José Pureza tinha em relação à política partidária, que eram, senão as mesmas, praticamente semelhantes e constitutivas de uma identidade bastante afastada, indireta e autônoma em relação ao PCB.

Independente das contradições e dos não-ditos que ficaram explícitos em seu relato, é interessante avaliar como a repressão e o medo da tortura foram elementos decisivos para desconstruir toda uma relação identitária com uma instituição e como ele identificou no outro aquilo que ele mesmo desconstruiu para si. Por este motivo, estes indivíduos preferem construir uma memória enquadrada a partir de um cuidadoso trabalho de arrumação do passado relatado, trabalho este no qual se tornam aparentes processos de seleção, exclusão e silenciamento de alguns fatos/eventos pretéritos (Pollak, 1989; 1992).

Seu livro de memórias foi produzido pela pesquisadora Leonilde Sérvolo de Medeiros (2008) que conheceu Bráulio Rodrigues da Silva no início dos anos 1980, quando veio morar no Rio de Janeiro para se incorporar à equipe do então Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, hoje Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). No entanto, foi só a partir do ano de 2004 que a cientista social se engajou numa iniciativa que visava recuperar a memória das lutas camponesas em alguns estados do país, “*a começar por Bráulio Rodrigues, que, prontamente, aceitou o convite para dar seu depoimento e ajudou a encontrar outros antigos companheiros seus*” (Medeiros, 2008: 8). O processo de entrevista foi bastante profícuo, visto que suas memórias também a auxiliaram na “*complementação de informações que não estavam claras, como locais e datas*”, por exemplo. Mas reconheceu que “*na fala de Bráulio Rodrigues há situações relacionadas com detalhe, outras de forma sintética, outras ainda silenciadas*” (Medeiros, 2008: 9-11).

No caso de Bráulio Rodrigues da Silva, pudemos perceber que o silenciamento e a desconstrução de identidade em relação ao Partido foi uma estratégia ativada no momento em que ele foi preso durante o período da ditadura militar brasileira. Esta reconfiguração identitária acabou por se refletir nas suas memórias do pretérito, o que contribuiu para que ele diluísse o seu afastamento do PCB em toda a sua trajetória pessoal e de militância, principalmente quando ele relatou suas experiências mediadoras nas décadas de 1950 e 1960.

Considerações finais

A trajetória de vida e de militância destes três personagens históricos nos permite compreender como a relação entre a memória e a identidade é permeada de contradições, ambiguidades e de processos de enquadramento, como nos expressou Michael Pollak (1989; 1992). De militantes enraizados na base a militantes que se projetaram nacionalmente, pudemos perceber como as memórias destes três atores históricos foram construídas de maneira diferenciada entre silenciamentos, seleções e cristalizações.

No caso de José Pureza da Silva, vimos que a autonomia presente na sua militância foi construída ao longo de seu relato. Contudo, mesmo que o militante tenha elaborado este trabalho de arrumação de sua memória influenciado pelos interesses do presente (Pollak, 1989; 1992), nota-se como aquela militância *experimental* exerceu pressões sobre a sua consciência social, propondo novos significados próprios que, em contato com a cultura tradicional e rebelde dos posseiros fluminenses que lutavam para permanecer na terra, ofereceram-lhe aprendizados que só o trabalho na base lhe proporcionaria (Thompson, 1981; 1998; Pedroza, 2003).

Já no segundo caso, analisamos um processo de enquadramento da memória diferente (Pollak, 1989; 1992). Lyndolpho Silva sofreu experiências quando atuou na região do sertão carioca que o fizeram mudar de percepção acerca das orientações partidárias: os valores foram vividos e surgiram dentro do mesmo vínculo com a vida material e com as relações materiais em que estas novas ideias foram originadas (Thompson, 1981: 194). A falta de apoio logístico do Partido e as difíceis condições de militância na base, em contato com os códigos culturais dos lavradores cariocas, o fizeram defender “*exatamente as coisas da vida e não a vontade [partidária]*” (Silva, 2004: 49).

Mas, no decorrer de sua narrativa, o militante começou a titubear, defendendo as orientações do partido e disciplinando a sua militância, mesmo que somente no âmbito discursivo, quando relatou as lembranças de sua prática. A hipótese que se lançou foi que a ascensão vivenciada na sua militância (deslocando-se do PC das bases em direção ao PC dos órgãos superiores) comprometeu seu discurso anterior, o que fê-lo defender, a qualquer custo, a unidade do Partido e o respeito frente as suas orientações programáticas.

No último caso analisado, nota-se um processo de construção de identidade semelhante ao de José Pureza da Silva, no qual aquela militância *experimental* foi

característica de sua trajetória como um todo, assumindo uma posição afastada ou quase desligada do Partido. Entretanto, um elemento pode ser singularizado: a repressão e o trauma da tortura política, vivenciada sem recortes claros entre períodos de ditadura e de democracia (Catela, 2008: 179), foram determinantes para que Bráulio Rodrigues da Silva argumentasse que nunca foi do Partido por conta de um ingresso informal, que não foi oficializado pela assinatura de uma ficha, e que, na verdade, “*o Pureza era do Partido, sendo militante há muito tempo*” (Rodrigues, 2008: 47). Não basta desconstruir para si a identidade em relação à instituição, mas a sua estratégia foi reconhecer no outro aquilo que ele próprio não reivindicava: sua filiação partidária.

Nestes termos, “*além de buscar o convencimento das massas, o PCB sofria na busca do convencimento e controle de sua própria militância*”, pois, como vimos, a identidade não é a real essência de uma instituição, já que não é algo dado e/ou congelado, mas fruto de um processo de construção/desconstrução. Por isso é que Santana concluiu dizendo que: “*mais do que meros pronunciamentos e orientações gerais, um partido é também o momento de efetivação deles*” (Santana, 2001: 58). O problema é quando os quadros ligados às bases camponesas experimentam situações e se sensibilizam com as reivindicações de uma classe em formação. Neste caso, a identidade da militância *experimental* acaba comprometendo a própria identidade com o Partidão.

Fontes consultadas

Fontes Manuscritas

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

APERJ. *Prontuário*: GB nº 43.477.

APERJ. *Prontuário*: RJ nº 22.147 (Ficha/Carteira de filiação ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e Ficha de Recrutamento *Luiz Carlos Prestes*).

Fontes Impressas

Documentos partidários

Manifesto de Agosto de 1950.

Carta aos Comunistas de Luiz Carlos Prestes.

Entrevistas

Silva, Lyndolpho (1994), “A construção da rede sindical rural no Brasil pré-1964” em *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 2, São Paulo, pp. 67-88. Entrevista concedida a Luiz Flávio de Carvalho Costa.

Fontes Periódicas

Jornal *A Voz Operária*.

Jornal *Terra Livre*.

Livros de Memórias

Pureza, José (1982), *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

(Ed.) Cunha, Paulo Ribeiro (2004), *O camponês e a história*. A construção da Utlab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira.

Rodrigues, Bráulio (2008), *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Seropédica: Ed. da UFRRJ.

Filmes

Silva, Josefa Paulino da (2002), *Josefa: uma mulher na luta camponesa*. Rio de Janeiro. Direção: Roberto Maxwell e Luiz Cláudio Lima, (22 min.).

Referências bibliográficas

Alvarenga, Felipe de Melo (2015), *Memória Militante: A construção de identidade em relação ao Partido Comunista do Brasil (PCB) nas lembranças de uma militância experimental nos sertões cariocas (Baixada Fluminense, 1950-1964)*. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Alvarenga, Felipe de Melo (2017), *Memória Militante: identidades e experiências nos sertões cariocas (Baixada Fluminense – 1950-1964)*. Beau Bassin/São Paulo: Novas Edições Acadêmicas.

Araújo, Frederico (1982), *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara (1950-1964)*. Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ. Dissertação de mestrado.

Assis, Gleyson Nunes de (2008), *Em tempo de democracia: a liderança de Lyndolpho Silva*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

- Bourdieu, Pierre (1977), “Une classe objet”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 17-18, 2-5.
- Bourdieu, Pierre (1989), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A.
- Bourdieu, Pierre (1998), “A ilusão biográfica”, en Ferreira, Marieta y Amado, Janaina (Comps.), *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 183-191.
- Catela, Ludmila da Silva (2008), “Violencia política y dictadura em Argentina: de memorias dominantes, subterráneas y denegadas”, en Fico, Carlos et al. (Comps.), *Dictadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 179-199.
- Catroga, Fernando (2001), *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto.
- Cioccarì, Marta (2011), “Narrativas da repressão: trabalhadores do campo e das minas durante o regime militar no Brasil”. *Teoria e Cultura* 6. (1 - 2), 25-44.
- Corrêa, Elisa y Macedo, Marcelo Hernandez (2007), “Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64”, *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15 (2), 368-392.
- Eckert, Córdula (1984), *Movimento dos Agricultores sem Terra no Rio Grande do Sul (1960-1964)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciências de Desenvolvimento Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Flores, José Manuel (2017), “Sob o Credo Vermelho: Índios, Comunistas e Revolta no Sul de Mato Grosso em meados do Século XX.”, *Estudos Históricos* 30 (61), 379-400. Disponível en: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862017000200379&script=sci_abstract&tlng=es
- Geiger, Pedro Pinchas y Mesquita, Myriam (1956), *Estudos rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Gomes, Angela de Castro (1988), *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice.
- Grossi, Paolo (2006), *História da Propriedade e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro: Renovar.
- Grynszpan, Mario (1987), *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ.
- Halbwachs, Maurice (2004), *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro.
- Holston, James (1993), “Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil.”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 8 (21), 68-89.
- Levi, Giovanni (2000), *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Levi, Giovanni (1998), “Usos da biografia” em Ferreira, Marieta y Amado, Janaina (Comps.), *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 167-182.
- Machado, Marina Monteiro (2012), *Entre Fronteiras: posses e terras indígenas nos sertões (Rio de Janeiro, 1790-1824)*. Guarapuava: Unicentro.
- Martins, José de Souza (1981), *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes.
- Martins, José de Souza (2009), *Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo: Contexto.
- Medeiros, Leonilde Sérvalo de (1983), *A questão da reforma agrária no Brasil: 1945-1964*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFCL/USP.
- Medeiros, Leonilde Sérvalo de (1989), *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE.
- Medeiros, Leonilde Sérvalo de (1995), *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese de doutorado. Campinas: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNICAMP.
- Medeiros, Leonilde Sérvalo de (1996), “Dimensões políticas da violência no campo”, *Tempo* 1, 126-141. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg1-7.pdf
- Medeiros, Leonilde Sérvalo de (2000), “Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60”. In: Moraes & Royo, D. (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp.
- Medeiros, Leonilde Sérvalo de (2002), “Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos”. In: Chevitereze, André (Org.). *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ.
- Medeiros, Leonilde Sérvalo de (2018), *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no Estado do Rio de Janeiro* (Org.). Rio de Janeiro: Consequência.
- Motta, Márcia Maria Menendes (1998), *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.
- Motta, Márcia Maria Menendes (2008), “Posses no Oitocentos e a Construção do Mito Invasor no Brasil (1822-1850)”. In: Zarth, Paulo; Motta, Márcia (Orgs.). *Formas de Resistência Camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Editora da Unesp, 85-103.
- Motta, Márcia Maria Menendes (2009), *O Direito à Terra no Brasil: a gestão do conflito, 1795-1824*. São Paulo: Editora Alameda.

- Moura, Margarida Maria (1998), *Os Deserdados da Terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. São Paulo: Editora Bertrand Brasil S.A.
- Neves, Delma Peçanha (1997), *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói: EDUFF.
- Novaes, Regina Reyes (1994), “A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização”. In: (Orgs.) Medeiros, L.; Barbosa, M.V., Franco, M. P. et al., *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 177-183.
- O'Dwyer, Eliane Cantarino (1988), *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ.
- Palmeira, Moacir (1985), “A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato”. In: Paiva, Vanilda (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Loyola.
- Pedroza, Manoela (2003), *Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-1968)*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.
- Pedroza, Manoela (2010), “Sanear, despejar, resistir: Revisitando o debate sobre a luta pela terra nos sertões cariocas e Baixada Fluminense nas décadas de 1940 e 1950”, *Ruris*, 4, 105-138.
- Pollak, Michael (1989), “Memória, esquecimento, silêncio”, *Estudos Históricos* 2 (3), 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf
- Pollak, Michael (1992), “Memória e identidade social”, *Estudos Históricos* 5 (10), 200-212. Disponível em: <http://www.pggedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>
- Revel, Jacques (1998), “Microanálise e construção do social”, em Revel, Jacques (Comps.), *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 15-38.
- Ribeiro, Felipe Augusto dos Santos (2009), *Operários à Tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Sanches, Luiz Elias (2000), *Lyndolpho Silva: biografia de uma militância*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas e Documentação Agrária (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

- Santana, Marco Aurélio (2001), *Homens partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- Santos, Leonardo Soares dos (2005), *Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro (1945-1964)*. Dissertação de mestrado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da UFF.
- Secreto, María Verónica (2012), *Fronteiras em Movimento: História Comparada – Argentina e Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro, Niterói: Editora da UFF.
- Sigaud, Lygia (1979), *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- Thompson, Edward Palmer (1981), *A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Thompson, Edward Palmer (1987), *A Formação da Classe Operária Inglesa. Volume I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Thompson, Edward Palmer (1998), *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Thompson, Paul (1992), *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Traverso, Enzo (2012), *O passado: modos de usar*. Lisboa: Edições Unipop.
- Velho, Otávio Guilherme (1972), *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Velho, Otávio Guilherme (1979), *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel.
- Velho, Otávio Guilherme (1982), *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Wood, Ellen Meiksins (2011), *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo.